

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**

LYÉGIE LYS RODRIGUES BARANCELLI

**DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE:
UM OLHAR BIOÉTICO**

**CURITIBA
2017**

LYÉGIE LYS RODRIGUES BARANCELLI

**DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE:
UM OLHAR BIOÉTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética Área de concentração: Bioética, Ciência e Sociedade, da Escola de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Bioética.

Orientadora: Dra. Caroline Filla Rosaneli

CURITIBA

2017

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

Barancelli, Lyégie Lys Rodrigues
B225d Desenvolvimento humano no Vale do Ribeira Paranaense : um olhar bioético
2017 / Lyégie Lys Rodrigues Barancelli ; orientadora, Caroline Filla Rosaneli. – 2017.
40 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2017
Bibliografia: f. 38-40

1. Desenvolvimento humano. 2. Bioética. I. Rosaneli, Caroline Filla.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Bioética. III. Título.

CDD 20. ed. – 174.9574

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº06/2017
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Bioética**

Em sessão pública às catorze horas do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, na sala 3 do mestrado, realizou-se sessão pública de Defesa da Dissertação: “Desenvolvimento humano no Vale do Ribeira Paranaense: um olhar bioético” apresentada pela aluna **Lyégie Lys Rodrigues Barancelli** sob orientação da **Professora Doutora Caroline Filla Rosaneli** como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Bioética**, perante uma Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Caroline Filla Rosaneli
PUCPR (orientador e presidente).



Assinatura

Prof. Dr. Anor Sganzerla
PUCPR (examinador interno).



Assinatura

Prof. Dr. Natan Monsores de Sá
UnB (examinador externo).



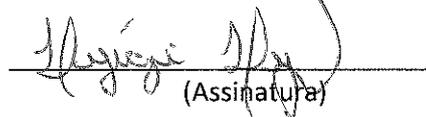
Assinatura

Início: 14:00 Término 16:19.

Conforme as normas regimentais do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná o trabalho apresentado foi considerado aprovado (aprovado/reprovado).

O (a) aluno (a) está ciente que a homologação deste resultado está condicionada: (I) ao cumprimento integral das solicitações da Banca Examinadora, que determina um prazo de 60 dias para o cumprimento dos requisitos; (II) entrega da dissertação em conformidade com as normas especificadas no Regulamento do PPGb/PUCPR; (III) entrega de documentação necessária para elaboração do Diploma.

Aluno (a): **Lyégie Lys Rodrigues Barancelli**



(Assinatura)



Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Bioética

Dedico este trabalho a todos os seres humanos que têm suas capacidades de desenvolvimento e liberdade limitadas ou cerceadas, devido ao quadro de injustiça social de nossa sociedade, e para aqueles que lutam por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a todos que me deram força, apoio, iluminação e inspiração para conduzir este trabalho, e que acreditaram sempre no meu potencial e torceram por mim.

À minha querida orientadora, Dra. Caroline Filla Rosaneli, por ter me escolhido para ser sua orientanda, por sua amizade, disponibilidade, competência e dedicação em revisar meus trabalhos.

À Fundação Araucária e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES – por me concederem a oportunidade de ter uma bolsa de estudos, a qual contribuiu para que eu tivesse dedicação exclusiva ao mestrado.

À PUCPR pelo espaço e pela estrutura que concede aos seus alunos, para que estes exercitem ao máximo sua capacidade intelectual.

A todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica, em especial aos do mestrado em Bioética, que contribuíram para que eu tivesse a base para escrever este trabalho, e realizar o sonho de tornar-me mestre.

Aos colegas de turma que se tornaram meus amigos e companheiros, Bruno, Matheus e Douglas, que fizeram meus dias de aula mais agradáveis, e compartilharam suas experiências de vida comigo.

Meu agradecimento especial dedico à minha família, principalmente ao meu pai Edgar, minha mãe Cleusa, minha avó Ivanir, minha tia Alice, meu amado noivo Laio, pela paciência e pelo incentivo, e aos meus anjos de guarda, pois, sem a presença e a intercessão de todos eles, eu não teria chegado até aqui.

“No pequeno mundo onde as crianças levam sua existência’ diz Pip em Great expectations [Grandes Esperanças], de Charles Dickens, “não há nada que seja percebido e sentido tão precisamente quanto à injustiça”. Espero que Pip esteja certo: ele recorda vividamente, depois de seu humilhante encontro com Estella, a “coerção caprichosa e violenta” que sofreu quando criança nas mãos da própria irmã. Mas a percepção firme de injustiças manifestas também se aplica a seres humanos adultos. O que nos move, com muita sensatez, não é a compreensão de que o mundo é privado de uma justiça completa – coisa que poucos de nós esperamos –, mas a de que a nossa volta existem injustiças claramente remediáveis que queremos eliminar”.

(SEN, 2010, p. 9).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios do Vale do Ribeira Paranaense e seus componentes, 2017.....	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

%	Porcentagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
DSS	Determinantes Sociais em Saúde
DUBDH	Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
p.	Página
PIB	Produto Interno Bruto
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
R\$	Reais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SESA	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ARTIGO	17
2.1 INTRODUÇÃO.....	18
2.1.1 MÉTODOS	22
2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
2.3 CONCLUSÃO.....	34
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática referente ao desenvolvimento humano na região do Vale do Ribeira Paranaense, a qual é composta por estes sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

O Vale do Ribeira está entre as três regiões mais vulneráveis do estado do Paraná, apresentando indicadores socioeconômicos que apontam baixo desenvolvimento neste setor. Outro ponto a se destacar é a baixa eficácia na oferta de bens e serviços à população, a qual necessita de políticas que garantam os direitos fundamentais dos indivíduos (GEMPAR, 2010).

Para dimensionar a vulnerabilidade dessa região, dentre os trezentos e noventa e nove municípios do Estado do Paraná, em 2010, apenas quatro se encontravam na faixa considerada com baixo desenvolvimento humano, sendo eles, Guaraqueçaba, Laranjal, Cerro Azul e Doutor Ulysses. Estes dois últimos municípios pertencem à região do Vale do Ribeira Paranaense, apresentando os dois piores IDHM do estado, ocupando as respectivas colocações no ranking de desenvolvimento do Paraná 398º e 399º. Cabe ressaltar que, a classificação denominada baixo desenvolvimento é a menor faixa de desenvolvimento registrada neste estado (BRASIL, 2013a).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um importante indicador de desenvolvimento (OLIVEIRA; LAGES; DANTAS, 2010). Ele é uma das medidas utilizadas para conhecer as circunstâncias de vida da população, avaliando fatores como renda, educação e saúde. Este indicador é uma ferramenta que nos permite conhecer de forma sucinta as condições mais básicas de vida da população (PNUD, 2012).

Embora o IDH seja considerado como um índice de importante referência, ele apresenta algumas limitações, dado que as médias podem ocultar acentuadas discrepâncias, onde o progresso do desenvolvimento é apontado meramente por indicadores quantitativos, não levando em consideração os resultantes qualitativos efetivos. Outros pontos a se ressaltar dentro da limitação deste índice ocorre quando se trata de avaliar unidades territoriais populacionalmente restritas, destacando – se também pela falta de especificidade deste indicador ao apresentar avanços e

retrocessos de algumas políticas sociais (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005). O IDHM também é uma ferramenta que apresenta limitações, uma vez que não leva em consideração possíveis desigualdades dentro de uma mesma área de referência (BRASIL, 2013c).

Não obstante, dentro do contexto de municípios e regiões metropolitanas, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), o qual é derivado das mesmas dimensões do IDH, torna-se uma ferramenta mais adequada para aferir desenvolvimento (BRASIL, 2013b). O IDHM exprime três das dimensões mais relevantes do desenvolvimento humano, sendo elas: a oportunidade que se tem de viver uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e a padrões de vida que garantam o provimento das necessidades humanas básicas, representadas por saúde, educação e renda (PNUD, 2017a).

Estas três dimensões são reveladas através dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A dimensão vida longa e saudável consiste na expectativa de vida ao nascer, traduzindo a idade média de vida de uma pessoa em determinado município, levando em conta os mesmos padrões de mortalidade (BRASIL, 2013b).

O componente acesso a conhecimento é aferido através de dois indicadores, onde a média geométrica obtida resulta no IDHM Educação. Estes indicadores são simbolizados pela escolaridade da população, consistindo no percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo; e no fluxo escolar da população jovem, que exprime os seguintes percentuais: porcentagem de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, e pelo percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (BRASIL, 2013b).

O item padrão de vida é aferido através da renda média dos moradores do município, fundamentando-se na soma de renda de todos os residentes, até mesmo crianças e pessoas sem registro de renda, e dividida pelo número de pessoas que moram no município (BRASIL, 2013b).

O IDHM pode ser consultado através do acesso a plataforma Atlas Brasil, cuja mesma disponibiliza dados de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de

Desenvolvimento Humano (UDH). Além do IDHM, o Atlas divulga mais de 200 indicadores, oriundos de temas como demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, sendo que estes indicadores foram extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (BRASIL, 2013b).

O conceito de desenvolvimento humano utilizado na elaboração do IDH defende a importância de se promover a ampliação das capacidades humanas e suas liberdades, envolvendo o pressuposto de que desenvolvimento humano implica diretamente em avanço na qualidade de vida humana, combatendo a ideia de desenvolvimento humano como sinônimo de crescimento puramente econômico, e ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (BRASIL, 2013d). Desta forma, levam-se em consideração outras características sociais, culturais e políticas que interferem na qualidade da vida humana (PNUD, 2017b).

Diante do contexto de reconhecimento da influência de características sociais sobre a qualidade de vida humana, no campo da Bioética, destaca-se a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH) (SANTOS; SHIMIZU; GARRAFA, 2014).

A DUBDH apresenta de forma compactada os princípios fundamentais da Bioética, cuja comunidade internacional e os Estados-membros da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) comprometeram-se a aplicar, respeitar e divulgar os preceitos nela contidos (MATSUURA, 2005).

Entre as principais conquistas obtidas com a elaboração da DUBDH na Bioética, está a adesão de questões sociais em sua agenda. Através dessa inclusão, este campo do conhecimento passou a ampliar discussões éticas em saúde, propondo também melhores condições para implementação de medidas de inclusão social, equidade e justiça, apontando condição para que as sociedades humanas alcancem uma qualidade de vida que seja mais digna e justa (GARRAFA, 2005).

A Declaração, de um modo geral, apresenta conteúdos que buscam proteger os grupos e indivíduos vulneráveis, ressaltando a importância de manter a integridade dos mesmos, incitando o respeito à autonomia dos indivíduos, principalmente no contexto das pesquisas biomédicas, respaldando também sobre a responsabilidade social do Estado no contexto da saúde, bem como ressalta condições e características que visam proteger o futuro da humanidade e do

planeta, defendendo valores e argumentos em defesa da vida (CRUZ, OLIVEIRA, PORTILLO, 2010).

Desta forma, a Bioética será inserida neste estudo sendo representada pela DUBDH especificamente pelos artigos 3º, 10º, 12º, 14º, 16º, 17º e 24º item c, com o intuito de colaborar com ações e perspectivas que possam vir a auxiliar na promoção do acesso ao maior gradiente de qualidade de vida, saúde e de desenvolvimento humano para esta região, auxiliando no fortalecimento da autonomia, do empoderamento, da redução de vulnerabilidade e desigualdade social, e na busca do reconhecimento da dignidade a que todas as vidas humanas são dotadas.

Diante do exposto, a presente dissertação trata-se de um estudo sobre o desenvolvimento humano na região do Vale do Ribeira Paranaense, o qual tem como objetivo refletir como as condições de vida da população do Vale do Ribeira Paranaense apresentadas pelo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), se chocam com as condições de dignidade humana estabelecida pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.

Esta dissertação configura-se como uma pesquisa descritiva, com investigação documental, pois ela descreve as características de determinada população utilizando como fonte de dados arquivos público (GIL, 2002).

O Universo do Estudo foi composto pelos dados compilados sobre o Índice de desenvolvimento humano dos municípios que compõem a região do Vale do Ribeira Paranaense, disponível no site Atlas Brasil, compreendido por Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. O Atlas Brasil 2013 pode ser acessado através do endereço eletrônico www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/, cujos dados nele publicados são oriundos de pesquisas realizadas pelos censos brasileiro de 1991, 2000 e 2010.

A elaboração do Atlas Brasil teve como objetivo servir a sociedade, como um instrumento capaz de cooperar com o empoderamento dos cidadãos, oferecendo dados que possibilitam promover um futuro melhor aos mesmos, pois aponta possíveis caminhos e provoca reflexões sobre os rumos do desenvolvimento humano no Brasil. Através dele é possível conhecer o panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna de municípios, estados e

regiões metropolitanas, permitindo ainda, conhecer as desigualdades em nível intramunicipal, de uma mesma região metropolitana (BRASIL, 2013b).

Esta pesquisa limitou-se a verificar quantitativamente os dados relativos ao item IDHM, especificamente no subitem *Componentes*, cujos dados apresentados revelam os IDHM Educacional, expresso pelas respectivas sub-categorias: % de 18 anos ou mais com fundamental completo, % de 5 a 6 anos na escola, % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo, % de 15 a 17 anos com fundamental completo, % de 18 a 20 anos com médio completo; IDHM longevidade, Esperança de vida ao nascer; IDHM renda, Renda per capita (em R\$). Para complementar os dados numéricos foi explorado subitem *Evolução*, o qual sintetiza os avanços e retrocessos destes índices. Os dados numéricos encontrados foram transcritos e transformados em tabela.

A elaboração deste estudo tem como justificativa contribuir na execução de um estudo financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e pela Fundação Araucária, que foi articulado a partir da análise das vulnerabilidades reveladas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Vale do Ribeira Paranaense, onde se busca na Bioética encontrar considerações, as quais venham contribuir na ampliação do acesso ao maior gradiente de qualidade de vida, desenvolvimento humano e na redução nas desigualdades e privações aos seres humanos que vivem na região do Vale do Ribeira Paranaense.

2. ARTIGO

DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE: UM OLHAR BIOÉTICO

HUMAN DEVELOPMENT IN THE RIBEIRA PARANAENSE VALLEY: A BIOETHIC LOOK

Lyégie Lys Rodrigues Barancelli; Caroline Filla Rosaneli

Resumo: O presente artigo aborda a temática sobre o desenvolvimento humano na região do Vale do Ribeira Paranaense. Este estudo teve como objetivo refletir como as condições de vida da população do Vale do Ribeira Paranaense apresentadas pelo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), se chocam com as condições de dignidade humana estabelecida pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, utilizou-se como fonte de dados o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2013 (Atlas Brasil). A metodologia deste estudo o caracteriza como uma pesquisa descritiva, com investigação documental. Analisando os dados obtidos, foi possível perceber que, entre 1991 a 2010, todos os municípios do Vale do Ribeira Paranaense apresentaram crescimento em seus índices de desenvolvimento, cujo indicador que apresentou maior crescimento foi Educação, seguido por Longevidade e por Renda. Concomitante com a ampliação do desenvolvimento no Vale do Ribeira Paranaense houve avanços sociais, entretanto estes avanços não foram suficientes para superar as desigualdades historicamente perpetuadas, tendo em vista que esta região não conseguiu atingir um desenvolvimento minimamente equânime entre seus municípios, onde, a partir das condições de vida reveladas pelo IDHM, pode-se constatar que diversos artigos da DUBDH foram violados, tanto no componente IDHM Educação, quanto no IDHM Longevidade e Renda, onde as vidas residentes no Vale do Ribeira Paranaense estão expostas a condições insalubres, com sua dignidade ferida, cujos exercícios de suas capacidades e o acesso das suas liberdades mais fundamentais, as quais são preconizadas pela DUBDH, encontram-se negligenciados. Uma das formas de se modificar este quadro seria promover padrões de qualidade de vida elevados através do fortalecimento da saúde pública. Isto ocorreria através do acesso à educação contínua e de qualidade, e a níveis de renda capazes de manter níveis de bem-estar.

Palavras-chave: Bioética. Desenvolvimento. Capacidades Humanas. Dignidade. Saúde.

Abstract: This article deals with the theme of human development in the Ribeira Paranaense Valley region. This study aimed to reflect how the living conditions of the population of the Ribeira Paranaense Valley presented by the IDHM (Human Development Index of the Municipalities) clashed with the conditions of human dignity established by the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights (DUBDH). In order to achieve the objectives proposed by the research, the Atlas of Human Development of Brazil 2013 (Atlas Brasil) was used as data source. The methodology of this study characterizes it as a descriptive research, with documental research. Analyzing the data obtained, it was possible to notice that, between 1991

and 2010, all municipalities in the Ribeira Paranaense Valley presented growth in their development indexes, whose indicator that showed the greatest growth was in Education, followed by Longevity and Income. Concomitant with the expansion of development in the Ribeira Paranaense Valley, there were social advances, but these advances were not enough to overcome the historically perpetuated inequalities, considering that this region was not able to achieve a minimally equitable development among its municipalities, where, from the Living conditions revealed by the IDHM, it can be seen that several DUBDH articles have been violated in both the IDHM Education component and in the IDHM Longevity and Income, where people in the Ribeira Paranaense Valley are exposed to unhealthy conditions, with their dignity whose exercises of their capacities and access to their most fundamental freedoms, which are advocated by the DUBDH, are neglected. One way to change this framework would be to promote high quality of life standards by strengthening public health. This would occur through access to quality and continuing education and to income levels capable of maintaining levels of wellbeing.

Key-words: Bioethics. Development. Human Capacities. Dignity. Health

2.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática sobre o desenvolvimento humano na região do Vale do Ribeira Paranaense.

O território do Vale do Ribeira está localizado na região sudeste de São Paulo e leste do estado do Paraná (BIANCHINI, 2010). Entre os fatores que fazem com que esta região se destaque, está a sua riqueza natural, sua localização de fronteira e principalmente por ter sido declarada Patrimônio Natural da Humanidade em 1999, pois 21% dos remanescentes da Mata Atlântica nacional encontram-se em seu território (ISA, 2008).

A região do Vale do Ribeira Paranaense está compreendida no primeiro planalto do Estado do Paraná, fazendo divisa a oeste com a cidade de Ponta Grossa, e a sudoeste e sul com municípios da região metropolitana de Curitiba, totalizando aproximadamente 3,1% do território paranaense. No Paraná, este Vale é composto por sete municípios, sendo eles: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e Doutor Ulysses (DE ANGELIS, 2011).

Apesar de toda sua exuberância ambiental, o Vale do Ribeira apresenta os mais altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo, bem como os mais baixos indicadores sociais dos estados de São Paulo e Paraná (ISA, 2008). A Secretaria de

Estado da Saúde do Paraná (SESA) aponta que essa região é considerada uma das mais deficitárias no quesito alfabetização e nível de instrução de sua população (SESA, 2013).

Para a ocupação do Vale do Ribeira, além da comunidade já existente, também foram para lá indivíduos oriundos de uma população excedente de outras localidades, devido ao processo de modernização tecnológica, cujas pessoas foram para o Vale do Ribeira em busca de um local que lhes garantisse subsistência, ficando à mercê de qualquer forma de inclusão social e econômica (ROMÃO et. al, 2006), abrigando também comunidades indígenas, caiçaras, quilombolas e famílias agricultoras rurais (ISA, 2008).

Esta região é dotada de um vasto patrimônio histórico cultural, oriundo inclusive ao período anterior ao descobrimento do país. São riquezas naturais que resistem há séculos de história e que apresentam uma significativa contribuição à biodiversidade do Planeta (ROMÃO et. al, 2006).

Entretanto, embora esta região seja dotada de uma importante riqueza natural, são as próprias condições naturais e sociais da mesma que dificultam seu desenvolvimento, e o que era para ser considerado como riqueza, tornou-se uma penúria, pois legislações ambientais, decretos de proteção ambiental e unidades conservacionais restringiram possibilidades de explorações econômicas na região, o que contribuiu para a sua estagnação econômica, visto que a conservação do meio ambiente limitou determinadas práticas (ROMÃO et. al, 2006).

Para se compreender a amplitude desta estagnação econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) deste território paranaense no ano de 2009 foi de 968 milhões de reais, o que corresponde a apenas 0,60% do total de riquezas geradas no Estado do Paraná, onde o município de Rio Branco do Sul contribuiu sozinho para 47% do PIB total da região (DE ANGELIS, 2011).

O PIB é um elemento que já foi utilizado como medida de desenvolvimento das nações, onde se considerava que o progresso nacional estava articulado ao crescimento econômico. No entanto, com a criação do IDH, este passou a ser uma medida alternativa ao PIB, combatendo a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico, mas que está ligado a conjunturas que promovam a possibilidade de se levar uma vida longa e saudável, com acesso ao conhecimento e

a oportunidades de se usufruir de um padrão de vida promotor de dignidade (BRASIL, 2013d).

O conceito de desenvolvimento humano apresentado na idealização do IDH é o mesmo utilizado no Atlas Brasil 2013, que foi elaborado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen em 1990. Cabe ressaltar que esse conceito de desenvolvimento ainda é à base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), anualmente divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (PNUD, 2017b).

Com o surgimento do IDH, houve a necessidade de se elaborar outra ferramenta que simplificasse os dados mensurados através dele, apontando características mais detalhadas e expondo as necessidades particulares de cada população. Dessa forma, surgiu o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), tendo como base informações oriundas do censo de 2000, mapeando as informações individuais de todos os municípios do Brasil (PNUD, 2010).

O IDHM é representado por um índice numérico que varia entre 0 e 1, cujos índices menores que 0,499 indicam um desenvolvimento humano muito baixo; entre 0,500 até 0,599, baixo desenvolvimento, de 0,600 até 0,699 médio desenvolvimento, 0,700 a 0,799, alto desenvolvimento. Os índices superiores a 0,800 são considerados pertinentes à faixa de desenvolvimento humano muito alta (BRASIL, 2013b).

A concepção de desenvolvimento humano defendida pelos economistas elaboradores do IDH foi inicialmente divulgada no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, e compreende o desenvolvimento humano como um processo focado nas pessoas e na ampliação do bem-estar das mesmas, onde, para que haja desenvolvimento humano, deve ocorrer à ampliação das liberdades das pessoas, as quais estão diretamente ligadas com capacidades e oportunidades que elas tem para escolherem a vida que almejam para si (PNUD, 1990; BRASIL, 2013b).

A concepção de expansão das liberdades das pessoas, defendida neste conceito de desenvolvimento humano, abarca um processo, cujas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais devem ser transformadas, a fim de que favoreçam o exercício pleno do potencial das vidas humanas, bem como devem

contribuir para a solidificação do acesso a uma educação universal, à ampliação da participação política dos cidadãos, à preservação ambiental, e ao equilíbrio de renda e de oportunidades entre todas as pessoas (PNUD, 1990; BRASIL, 2013b).

Entre as contribuições de Amartya Sen para o desenvolvimento humano, ele ressalva a importância de desenvolvimento e liberdade estarem intrinsecamente ligados, devendo o desenvolvimento ter como seu principal objetivo a promoção de liberdade, assim como a liberdade deve ser norteadora do processo de desenvolvimento. Para tanto, se faz necessário o reconhecimento simultâneo da importância da promoção de liberdade individual e das influências sociais sobre a obtenção do alcance da mesma (SEN, 2000).

Dentro deste enquadramento de reconhecimento de influências sociais, na Bioética, destaca-se a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH). Esta declaração representa um marco para Bioética do século XXI. Ela contribuiu para que a Bioética ultrapasse os limites biomédicos e biotecnológicos, os quais até então era apresentados com maior relevância por este campo do conhecimento, tornando a mesma mais plural, com um foco maior para a vulnerabilidade humana e para os marginalizados, tornando-se uma forte defensora de justiça social e uma grande aliada na melhoria da qualidade de vida humana (SANTOS; SHIMIZU; GARRAFA, 2014).

A DUBDH é um documento norteador que busca orientar os Estados em suas ações, os quais devem apresentar como objetivo principal a promoção à saúde, o combate à pobreza, a desnutrição, ao analfabetismo, e à proteção ao meio ambiente, à biosfera, biodiversidade e às gerações vindouras (BERGEL, 2015).

Desta forma, a elaboração do presente artigo tem como justificativa buscar considerações na Bioética, que venham contribuir na ampliação do acesso ao maior gradiente de qualidade de vida e desenvolvimento humano para região do Vale do Ribeira Paranaense.

Este tudo teve como objetivo refletir como as condições de vida da população do Vale do Ribeira Paranaense apresentadas pelo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), se chocam com as condições de dignidade humana estabelecidas pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos especificamente dos artigos 3º, 10º, 12º, 14º, 16º, 17º e 24º item c.

2.1.1 MÉTODOS

A elaboração deste estudo tem como base a pesquisa descritiva, com investigação documental, pois descreve as características de determinada população utilizando como fonte de dados, arquivos públicos. O universo de estudo deste artigo é constituído pelos dados compilados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem a região do Vale do Ribeira Paranaense, disponível no Atlas Brasil. Os municípios que foram estudados são: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

O Atlas Brasil funciona como um banco de dados eletrônico, de domínio público, que registra informações socioeconômicas e de desenvolvimento humano de todos os Estados e municípios brasileiros, bem como divulga dados de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, que foram obtidos através dos censos demográficos realizados em 1991, 2000 e 2010 no Brasil (BRASIL, 2013d).

Serão discutidos dados numéricos publicados no Atlas Brasil 2013, relativos à sessão *Componentes* do IDHM, os quais são divididos em IDHM Educação, IDHM longevidade, IDHM renda. Para complementar os dados numéricos, foi explorado subitem *Evolução*, o qual sintetiza a evolução dos avanços e retrocessos destes índices.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente tabela sintetiza os dados que compõem o IDHM da região do Vale do Ribeira Paranaense nos anos 1991, 2000, 2010, sendo eles, educação, longevidade e renda.

Tabela 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E SEUS COMPONENTES, 2017.

	Adrianópolis			Bocaiúva do Sul			Cerro Azul			Doutor Ulysses			Itaperuçu			Rio Branco do Sul			Tunas do Paraná		
Período	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDHM	0,400	0,542	0,667	0,376	0,523	0,640	0,297	0,450	0,573	0,227	0,377	0,546	0,348	0,474	0,637	0,389	0,554	0,679	0,280	0,442	0,611
IDHM Educação	0,183	0,396	0,563	0,143	0,321	0,473	0,082	0,222	0,391	0,042	0,160	0,362	0,130	0,275	0,507	0,155	0,366	0,545	0,066	0,189	0,444
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	14,85	25,21	37,06	14,15	21,42	33,51	9,21	15,99	21,39	2,19	7,83	21,20	11,34	18,53	36,50	14,75	25,67	41,38	5,60	13,88	26,78
% de 5 a 6 anos na escola	27,88	51,05	83,69	9,80	46,42	74,29	5,39	27,21	76,64	3,41	13,13	62,64	6,23	33,31	82,47	14,59	45,59	72,24	4,79	24,89	82,60
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	30,67	64,12	83,19	23,07	59,01	84,06	14,23	44,87	80,08	11,49	49,21	72,09	23,45	54,64	82,45	27,50	65,71	79,99	17,89	39,81	81,38
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	19,33	55,00	68,39	13,53	34,88	42,06	7,44	25,65	37,77	4,06	26,35	48,38	12,96	34,21	46,23	11,60	50,35	62,46	5,94	18,19	42,02
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	3,40	28,48	42,26	10,82	16,87	24,53	4,19	6,83	16,96	3,93	2,99	6,19	13,33	11,75	27,49	9,69	13,22	35,19	-----	5,07	22,34

Continuação da Tabela 1.

	Adrianópolis			Bocaiúva do Sul			Cerro Azul			Doutor Ulysses			Itaperuçu			Rio Branco do Sul			Tunas do Paraná		
Período	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDHM																					
Longevidade	0,661	0,748	0,817	0,681	0,723	0,816	0,661	0,748	0,797	0,643	0,702	0,791	0,644	0,685	0,779	0,690	0,767	0,847	0,670	0,755	0,801
Esperança de vida ao nascer	64,65	69,87	74,02	65,85	68,35	73,96	64,65	69,85	72,82	63,56	67,11	72,45	63,66	66,08	71,72	66,42	71,01	75,84	65,19	70,28	73,05
IDHM Renda	0,528	0,539	0,644	0,548	0,618	0,679	0,482	0,55	0,604	0,435	0,478	0,570	0,504	0,565	0,654	0,552	0,607	0,679	0,496	0,605	0,641
Renda per capita (em R\$)	214,4 5	228,7 1	440,7 9	242,3 9	374,4 6	547,2 6	160,8 9	245,8 8	342,8 8	119,5 0	156,5 1	277,3 3	184,4 0	268,6 2	468,0 4	247,6 0	349,4 3	548,8 0	175,4 9	344,5 7	431,2 7

Fonte: Atlas Brasil, PNUD, IPEA e FJP.

Analisando IDHM dos municípios que compõem o Vale do Ribeira Paranaense, apresentados em 2010, é possível afirmar que os Índices de desenvolvimento Humano de Cerro Azul e Doutor Ulysses encontram-se na faixa considerada pelo Atlas Brasil com baixo desenvolvimento humano; os demais estão na faixa dos considerados com médio desenvolvimento.

Acompanhando a evolução do IDHM dos municípios do Vale do Ribeira entre 1991 a 2010, é possível afirmar também que todos apresentam crescimento em seus índices de desenvolvimento, sendo que em Adrianópolis houve uma taxa de crescimento de 66,75%, Bocaiúva do Sul a taxa foi de 70,21%, Cerro Azul 92,93%, Doutor Ulysses 140,53%, Rio Branco do Sul 74,55%, cujo índice que mais cresceu foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda. Já em Itaperuçu e Tunas do Paraná, a dimensão cujo índice mais cresceu foi Educação, seguida por Renda e por Longevidade, representando um crescimento respectivamente de 83,05% e 118,21%.

Apesar do eminente crescimento revelado pelo IDHM, ainda existem municípios que estão com seu desenvolvimento considerado baixo, sendo eles Cerro Azul e Doutor Ulysses.

Ao se analisar de forma mais detalhada os componentes do IDHM, fica perceptível a necessidade de se verificar de forma mais minuciosa as nuances de seus componentes, pois quando analisado de forma Bruta, o IDHM acaba não revelando diversas características importantes para o processo de desenvolvimento. Uma prova disto é Cerro Azul, que apesar de apresentar em 2010 uma perspectiva de vida de 72,82 anos, a porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais que possuem o ensino fundamental completo é de apenas 21,39%.

Corroborando com essa necessidade Cohn (2005) ressalta que apesar do IDHM ser um instrumento utilizado como parâmetro global comparativo, ele acaba sendo uma ferramenta que não consegue revelar de forma efetiva os níveis de desigualdade social dos municípios, não traduzindo necessariamente a realidade do município, podendo esconder inclusive situações extremas, o que reflete na elaboração de políticas públicas, assim como na alocação de recursos. Desta forma, um município pode apresentar uma elevada renda per capita, entretanto, concomitantemente, pode haver uma significativa camada da população vivendo na pobreza (BRASIL, 2013c).

Ao se avaliar os componentes do IDHM Educação é possível constatar expressivo crescimento nesta conjuntura, cujo menor índice apresentado em 1991 foi 0,042, em 2000 0,160 e em 2010 0,362, ambos em Doutor Ulysses. Já os maiores índices em 1991 foram 0,183, em 2000 0,396 e em 2010 0,563, ambos pertencentes a Adrianópolis. Todavia, o que estes índices escondem é que mesmo em Adrianópolis, o município mais desenvolvido neste quesito, no ano de 2010 apenas 37,06% de pessoas com 18 anos ou mais possuía o ensino fundamental completo, onde o município que apresentou maior desenvolvimento em termos de porcentagem foi Rio Branco do Sul, com 41,38% em 2010. Isso nos mostra que mesmo com o crescimento, a taxa de pessoas com 18 anos ou mais com ensino médio completo não chega a atingir parcela significativa da população local. Faz-se necessário destacar que o desenvolvimento nesta região ocorreu de forma desigual, pois nem todos conseguiram atingir a mesma proporcionalidade de avanço.

Outro componente que se sobressai no IDHM Educação é porcentagem de pessoas de dezoito a vinte anos com ensino médio completo. Em 1991, Tunas do Paraná não apresentava nenhum indivíduo com esta escolaridade, porém em 2010 conseguiu mudar esta situação e cerca de 20% desta faixa etária passaram a desfrutar do ensino médio completo. Já os municípios Doutores Ulysses e Itaperuçu apresentaram um retrocesso em seu desenvolvimento, onde em 1991, 2000 e 2010 a porcentagem de indivíduos que se enquadravam nesta categoria foi respectivamente de 3,93%, 2,99% e 6,99%, em Doutor Ulysses, e 13,33%, 11,75% e 27,49% em Itaperuçu. O maior avanço nesse item foi em Adrianópolis, cujos percentis, passaram de 3,40% em 1991, saltando para 28,48% em 2000 e para 42,26% em 2010.

De forma geral, no componente IDHM Educação, os itens que mais apresentaram crescimento foram a quantidade de crianças de 5 a 6 anos na escola, cujas menores porcentagens foram 3,41% em 1991, 13,13% em 2000 e 62,64% em 2010, todos em Doutor Ulysses. As maiores percentualidades foram respectivamente 27,88%, 51,05% e 83,69% em 1991, 2000, 2010 ambos no município de Adrianópolis. Outro item de maior crescimento foi a porcentagem de indivíduos de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental regular seriado ou com fundamental completo, cujas menores porcentagens foram em 1991 em Doutor

Ulysses 11,49%, no ano 2000 em Tunas do Paraná 39,81% e 72,09% em Doutor Ulysses, em 2010. Os municípios que apresentaram maior crescimento foram Adrianópolis em 1991, com 30,67%, Rio Branco do Sul 65,71% em 2000 e Bocaiúva com expressivos 84,06%, em 2010.

As análises dos dados deste item nos mostram que nestas duas categorias o avanço atingiu no mínimo 51,05% de toda população do Vale do Ribeira, porém ao compararmos o IDHM Educação do Estado do Paraná com o do Vale do Ribeira Paranaense torna-se nítido a desigualdade e o negligenciamento do desenvolvimento nesta região, cujo Paraná apresentava em 1991 o IDHM Educação em 0,298, em 2000 0,522 e 2010 0,668, enquanto o maior IDHM Educação expresso pelo Vale do Ribeira Paranaense foi 0,563 em 2010 no município de Adrianópolis (BRASIL, 2013e).

Diante desse cenário Marsiglia, Silveira e Carneiro Junior (2005) alertam que em nossa sociedade as camadas da população menos favorecida economicamente, da qual o Vale do Ribeira Paranaense também pertence, destina grande parte do seu tempo em busca de prover sua sobrevivência, bem como suas necessidades básicas, e isso tem feito com que muitas famílias coloquem suas crianças para trabalhar, o que acaba causando impacto direto na formação escolar das mesmas.

Outro componente estudado foi o IDHM Longevidade, o qual também apresentou crescimento em seus índices, cujas menores expectativas de vida foram encontradas em Doutor Ulysses em 1991, com 63,56 anos, no ano 2000 foram 66,08 anos em Itaperuçu, e em 2010 71,72 anos, neste mesmo município. As expectativas de vida mais altas foram encontradas em 1991, 2000 e 2010 em Rio Branco do Sul, com as respectivas estimativas 66,42, 71,01 e 75,84 anos. Estes resultados nos mostram que o município que mais proporciona longevidade para seus habitantes não é o mesmo que apresenta os índices mais elevados em educação.

Dentro deste contexto é preciso ressaltar que o IDHM Longevidade sintetiza as condições sociais de saúde e de salubridade de uma população, (BRASIL, 2013b) sendo assim quando os dados apontam que longevidade e educação não se associam, é o mesmo que afirmar que educação e saúde são segmentos que não se influenciam. Desta maneira, não é possível considerar este achado como uma exposição de um desenvolvimento que caminha para o bem-estar e qualidade de

vida, mas sim para um contexto incapaz de tornar suas vidas humanas, agentes empoderados de sua dignidade.

De acordo com Sen e Kliksberg (2010) uma das formas de se zelar pela saúde é promover educação, sendo uma o alicerce mútuo da outra. Estas duas conjunturas quando se aliam exercem uma relação impactante nos indicadores de saúde, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e das potencialidades humanas, bem como auxiliando na ruptura de círculos viciosos intergeracionais de privação. Desta forma “Educação e saúde são, portanto, duas faces do mesmo processo, interdependentes e co-construtivas” (FEIO; OLIVEIRA, 2015, P. 712).

Sobre a relação entre saúde e desenvolvimento, aquela é permeada por Determinantes Sociais em Saúde (DSS). Estes Determinantes influem e são influenciados por esta relação, cujas principais interferências são oriundas de situações de degradação na distribuição de renda, no estado de pobreza, empregabilidade, lazer, nutrição, alimentação, saneamento e crescimento econômico (GADELHA; COSTA, 2012).

Os Determinantes Sociais em Saúde (DSS) abrangem diversas definições, estando intimamente ligados às condições de vida e trabalho, abarcando aspectos sociais, econômicos, étnicos, psicológicos e comportamentais. Estes determinantes podem ser resumidamente sintetizados como a espécie de mecanismos onde condições sociais afetam a saúde (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Outro indicador que este artigo propõe avaliar, o componente IDHM Renda, também apresentou crescimento em seus índices, cujos menores valores de renda per capita foram encontrados no município de Doutor Ulysses, sendo R\$ 119,59, R\$ 156,51, R\$ 277,33, respectivamente em 1991, 2000 e 2010. Já os valores mais altos foram registrados em 1991, em Rio Branco do Sul, com R\$ 247,60, no ano 2000 em Bocaíuva do Sul R\$ 374,46 e 2010 em Rio Branco do Sul, com R\$ 548,80.

A avaliação destes dados mostrou que o mesmo município que mais se desenvolveu no item esperança de vida ao nascer, Rio Branco do Sul, foi o que apresentou maior crescimento em renda também. Cabe ressaltar ainda que Bocaíuva do Sul, além de se destacar neste item com a maior renda no ano 2000, destacou-se também como o município do Vale do Ribeira Paranaense que apresentou a maior porcentagem de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do

ensino regular seriado ou com fundamental completo, em 2010. Com estes dados é possível apontar a ligação entre saúde e renda.

Para Buss e Pellegrini Filho (2007) as diferenças existentes entre gradientes de saúde nos diversos grupos da sociedade podem ser explicadas principalmente pelo nível de equidade na distribuição de renda, porém não são as sociedades mais ricas que apresentam os maiores níveis de saúde, mas sim as que apresentam níveis maiores de igualdade e de coesão social.

Para se compreender esta afirmação é preciso levar em consideração de que a concepção de saúde vai muito além da ausência de doença e de acesso a serviços, é entender que para se ter saúde é necessário promover um conjunto de fatores determinantes, entre eles o acesso a renda (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

De modo geral ao se analisar os dados elencados foi possíveis perceber que houve crescimento no desenvolvimento do Vale do Ribeira Paranaense, mas mesmo com a melhora no IDHM dos municípios, é nítido que o Vale do Ribeira Paranaense ainda é um grupo social desfavorecido, onde seu capital humano não tem acesso às mesmas oportunidades que as regiões mais desenvolvidas, onde o Vale do Ribeira Paranaense não conseguiu atingir um desenvolvimento minimamente equânime entre os municípios, e nem ao menos se aproxima do IDHM apresentado pelo Estado do Paraná, que está na faixa considerada de alto desenvolvimento humano, com IDHM 0,749, o que ressalta ainda mais o processo de injustiça social presente neste contexto (BRASIL, 2013b).

Sen e Kliksberg (2010) ressaltam que as injustiças predominantes em nossa sociedade, e isto cabe, muito bem, no contexto do Vale do Ribeira Paranaense, estão ligadas a um contínuo processo de omissões, onde se destacam as deficiências institucionais e de políticas globais, as quais deveriam zelar por um comércio justo, práticas de saúde, educação, disseminação de avanços tecnológicos e cuidados com o meio ambiente.

A Bioética, diante deste processo de omissões e desigualdades sociais, na DUBDH, apresenta diversos princípios que visam à promoção das liberdades fundamentais dos indivíduos, o reconhecimento de sua dignidade e de seus direitos (UNESCO, 2005).

A própria concepção de desenvolvimento utilizada por Amartya Sen na elaboração do IDH pode ser complementada também pelos princípios norteadores

da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, pois ela compartilha da ideia de que é necessário prover os direitos fundamentais da pessoa humana, garantindo suas liberdades, acesso universal ao “bem-estar social,” igualdade de oportunidades tanto econômicas como sociais, além do provimento das necessidades básicas necessárias para a manutenção da sobrevivência humana (UNESCO, 2005).

Em seu artigo 3º, intitulado Dignidade Humana e Direitos Humanos, a DUBDH estabelece que dignidade, direitos e liberdades fundamentais humanas devem ser respeitados em sua totalidade, cujo bem-estar dos indivíduos deve ter prioridade. Infelizmente, isso não tem ocorrido de forma plena no Vale do Ribeira Paranaense, cujos baixos índices de escolaridade ressaltam ainda mais a falta de compromisso com o provimento das liberdades fundamentais.

Dentro deste contexto, Amartya Sen aponta que a liberdade é a maior finalidade do desenvolvimento, a qual contribui para que as pessoas tenham capacidade de atingir a vida que desejam, tornando-se agentes de sua própria biografia, exercitando assim a sua autodeterminação, sua autonomia e o poder de se tornar o roteirista principal da sua história de vida (SEN, 2000).

Condicionalizada com a liberdade, encontram-se as capacidades humanas, onde o ato de desenvolver-se se caracteriza por um complexo processo que está estreitamente ligado à ampliação da capacidade da pessoa humana em alcançar a felicidade, objetivos, estilos, qualidade de vida que ela busca para si, e a eliminação de fontes geradoras de situações de privação, tais como pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, não favorecimento social e negligência de serviços públicos (PINHEIRO, 2012).

O Artigo 10º da DUBDH, Igualdade, Justiça e Equidade, ressalva a importância de se promover a igualdade fundamental entre todos os seres humanos em termos de dignidade e de direitos, a qual deve ser respeitada, de modo que todos sejam tratados de forma justa e equitativa. Este princípio da declaração é veementemente violado em todos os aspectos de desenvolvimento analisados a partir do IDHM, pois o desenvolvimento não ocorre de forma equitativa, nem em comparação ao desenvolvimento do Estado, nem em relação aos demais municípios da região.

Outro artigo da DUBDH que faz apontamentos muito relevantes para o contexto do Vale do Ribeira Paranaense é artigo 12º, intitulado Respeito pela Diversidade Cultural e pelo Pluralismo.

A relevância deste artigo da declaração, diante do referido contexto, justifica-se devido à forma como ocorreu a sua colonização, cujo Vale apresenta uma população com vasta variabilidade cultural, desde comunidades indígenas até agricultoras rurais (ISA, 2008). Sendo assim, é necessária uma atenção maior na elaboração de políticas públicas e sociais para que possam abranger a todos, de forma a respeitar a vasta singularidade cultural presente nesta região, cujas mesmas devem favorecer o acesso às liberdades fundamentais a que as pessoas têm direito.

O artigo 14º da DUBDH, Responsabilidade Social e Saúde, exprime que: a promoção da saúde e do desenvolvimento social para a sua população é objetivo central dos governos, partilhado por todos os setores da sociedade; considera que usufruir o mais alto padrão de saúde atingível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, convicção política, condição econômica ou social. Este artigo da DUBDH é o mais relevante dentro do contexto do Vale do Ribeira, pois a saúde exerce grande impacto sobre o desenvolvimento, porém o que os dados nos mostram através do IDHM Longevidade é que apesar da expectativa de vida ao nascer estar relativamente alta, os outros indicadores nos apontam contingentes que indicam baixo acesso às liberdades fundamentais para o acesso a uma vida digna e um alto padrão de qualidade de vida, tais como os baixos índices de acesso a educação e renda.

Cabe ressaltar que a Bioética apresenta uma relevante preocupação em corroborar com a ampliação e o desenvolvimento das liberdades individuais, conseqüentemente das capacidades humanas, a qual compreende que promover acesso à saúde, em um grau que seja razoável e disponível para todos, é dos caminhos para se atingir o acesso a liberdades individuais (GAUDENZI; SCHRAMM, 2010).

É preciso destacar também que a própria Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, em seus princípios, reconhece que a saúde é algo essencial para a vida humana, e deve ser considerada como um bem social (UNESCO, 2005).

Este reconhecimento ocorre devido ao fato de que ter saúde é uma das mais básicas capacidades humanas que se tem razão para valorizar, estando entre as

mais relevantes condições de vida que o ser humano preza, cujo fator saúde se faz tão importante para o desenvolvimento, em virtude de estar relacionado diretamente a situações de bem-estar, e encontrar-se no centro das urgências coletivas, condicionando o potencial de se atingir liberdades e capacidades (SEN, 2010).

Desta forma, para se atingir níveis plenos de saúde, onde é possível encontrar padrões elevados desta, é preciso equilibrar os fatores ligados a ela, ou seja, minimizar, o máximo possível, situações de violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, pobreza, habitação inadequada, não acesso à educação, fome, urbanização desenfreada e baixa qualidade do ar e da água (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O artigo 14º da referida declaração, também respalda a importância da redução da pobreza e do analfabetismo. Tal respaldo necessita ser aplicado aos municípios do Vale do Ribeira, pois mesmo que os índices de analfabetismo não sejam evidentes nos dados do IDHM Educação, os níveis de escolaridade ainda são baixos, e o contingente de renda também precisa ser fortalecido.

Respaldando esta ideia, Sen (2000) exprimi que renda e escolaridade são dois segmentos que exercem eminente influência no desenvolvimento humano, atuando diretamente como fontes de privação comprometedoras das capacidades básicas humanas, e conseqüentemente, de suas liberdades fundamentais.

Outro artigo da DUBDH que se ressalta diante do cenário apresentado pelo Vale do Ribeira é o artigo 16º, o qual aponta a necessidade de se proteger as gerações futuras. Neste sentido, o Vale do Ribeira Paranaense tem apontado para um despertar maior, pois o item em seu desenvolvimento, que mais apresentou crescimento, foi à porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola. Isso nos mostra que está havendo uma preocupação maior com as novas gerações que estão surgindo; todavia além de se zelar pelas futuras gerações é necessário fortalecer a geração atual, cujos índices baixos de escolaridade ressaltam esta necessidade.

Dentro do contexto de proteção, também se destaca nessa região sua riqueza ambiental, a qual durante anos foi explorada, mas atualmente ainda preserva vasta riqueza; desta forma, o artigo 17º da Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos, intitulado Proteção do Meio Ambiente, da Biosfera e da Biodiversidade, vem, através de seus princípios, apontar um curso de ação para que se preserve

esta riqueza natural, ressaltando a importância de prestar atenção na inter-relação de seres humanos com outras formas de vida, atribuindo responsabilidade aos seres humanos na proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade.

Em suma, através da análise dos dados obtidos a partir do IDHM, é de extrema importância se atribuir responsabilidades, para que o Vale do Ribeira Paranaense passe a apresentar um desenvolvimento que seja promotor das liberdades fundamentais ao seu capital humano, cujo Estado é quem precisa e deve desempenhar grande influência neste acesso, onde é imprescindível que esta esfera reconheça a importância de sua intervenção para a promoção das liberdades fundamentais humanas, pois, ao realizar este reconhecimento, ele age de forma a promover os direitos humanos, e ao mesmo tempo está reconhecendo a dignidade da pessoa humana e protegendo os mais vulneráveis (CRUZ; OLIVEIRA; PORTILLO, 2010).

Todavia não se pode atribuir toda a responsabilidade de desenvolver o capital humano ao Estado; neste sentido a DUBDH em seu Artigo 24º, Cooperação Internacional, item c, aponta que os Estados devem respeitar e promover a solidariedade entre Estados, bem como entre indivíduos, famílias, grupos e comunidades, com atenção especial para aqueles tornados vulneráveis por doença ou incapacidade ou por outras condições individuais, sociais ou ambientais e aqueles indivíduos com maior limitação de recursos. Ou seja, o desenvolvimento humano deve ser um compromisso de todos dentro de uma nação.

2.3 CONCLUSÃO

A partir dos dados do IDHM foi possível conhecer as condições de vida da população do Vale do Ribeira Paranaense, onde é possível apontar que as vidas humanas desta região não têm acesso a padrões de vida que garantam o provimento de suas necessidades humanas básicas, e tampouco garantam o acesso à liberdade de escolha de terem o estilo de vida que as pessoas valorizam para si, tornando-se, então, reféns de suas condições sociais e de um desenvolvimento humano que não promove a ampliação de suas capacidades humanas e de suas liberdades fundamentais.

Com o presente estudo, foi possível concluir que, embora o IDHM seja uma ferramenta muito útil para divulgar dados sobre desenvolvimento humano, este instrumento não tem apresentado impacto suficiente na elaboração de políticas públicas para esta região, isto ressalta a ineficácia de políticas públicas baseadas no IDHM como critério de elaboração. Sendo assim é possível apontar que na região do Vale do Ribeira Paranaense ainda existem vidas humanas vivendo em condições insalubres, com sua dignidade humana ferida e pouco favorecida, visto que o exercício de suas capacidades e o acesso às suas liberdades mais fundamentais encontra-se negligenciado.

Para propiciar um desenvolvimento humano que ocorra da forma mais abrangente o quanto for possível, não basta apenas estabelecer políticas de inclusão, equidade e igualdade social nesta região, mas também políticas que culminem no empoderamento dos sujeitos e no fortalecimento de sua dignidade, tornando-os ativos, responsáveis, conhecedores e executores de seus direitos e responsabilidades, para que se possa então promover um desenvolvimento capaz de ofertar acesso às liberdades básicas a que todas as pessoas têm direito, bem como a real expansão das liberdades humanas.

Dentro do contexto de políticas que visam fortalecer as melhores condições de dignidade, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, ainda que não tenha força de lei, é uma excelente ferramenta para se tomar como base para ações que visem justiça social e padrões plenos de acesso a serviços que prezam a manutenção da vida e de sua dignidade, onde, a partir das condições de vida reveladas pelo IDHM, foi possível perceber que diversos artigos da DUBDH foram

violados, tanto nos componentes IDHM Educação quanto no IDHM Longevidade e Renda.

Desta forma, a DUBDH necessita ser mais bem divulgada e discutida, pelos representantes políticos da população, cujos mesmos detêm meios de prover as maiores mudanças na promoção das liberdades fundamentais a que as pessoas devem ter acesso. No entanto, a população precisa participar de forma mais ativa nas decisões políticas que afetam suas vidas.

Entre as disposições sociais que mais causam impacto na vida das pessoas, que a Bioética tem se aprofundado, é a saúde. A saúde pública é um dos caminhos mais eficazes para se promover padrões de vida elevados e, conseqüentemente, de qualidade de vida. Porém, o que não se pode esquecer é que não basta apenas oferecer condições favoráveis neste setor, para que os indivíduos se libertem de suas vulnerabilidades persistentes, sendo necessário também que pessoas aprendam a sustentar estas condições elevadas de vida.

Tais meios são fornecidos pelo acesso a educação contínua e de qualidade, e a níveis de renda capazes de manter níveis de bem-estar. Desta forma, se obteriam meios, que a Bioética compreende como facilitadores ao acesso das liberdades fundamentais e de níveis de vida plenos.

De modo geral, foi possível concluir que o baixo índice de desenvolvimento é apenas um indicador da marginalização social refletida nas vidas humanas residentes no Vale do Ribeira Paranaense, onde, do ponto de vista moral e ético, a desigualdade, a injustiça, a miséria e a falta de oportunidades econômicas não podem, de forma alguma, condenar qualquer vida humana a não ter acesso a bens e serviços que garantam sua condição de cidadania e de reconhecimento à sua dignidade, onde para que o desenvolvimento humano ocorra de forma plena é necessário investir em fatores que causem impactos diretos não somente em renda, educação ou expectativa de vida, mas nos três fatores ao mesmo tempo, visto que eles se exercem influência mútua e contínua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível compreender que as desigualdades encontradas no IDHM dos municípios, que compõem a região do Vale do Ribeira Paranaense, representam apenas uma pequena gama do contingente de iniquidade e injustiça que as vidas humanas residentes na região do Vale do Ribeira enfrentam.

Qual seria o motivo desencadeador das desigualdades no desenvolvimento? Muitas vezes não há como desvendar a causa das vulnerabilidades persistentes das sociedades, não se podendo afirmar que seja devido à falta de recursos; não há como dizer que é falta de assistência social, ou exclusivamente de serviços de saúde, mas se pode, com toda a certeza, afirmar que existe um conjunto de fatores atuando mutuamente para a desigualdade no desenvolvimento do país, inclusive a omissão dos cidadãos ao não se envolverem no processo de decisões políticas.

A perspectiva do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, leva em consideração que o ato de desenvolver-se está ligado à promoção e a expansão das liberdades básicas a que as pessoas têm direito, incluindo o processo de anulação de privações. Porém, infelizmente, o que temos visto é um contingente de privação crescente na sociedade, em que o próprio Vale do Ribeira Paranaense, se conseguisse ofertar a expansão das liberdades básicas das pessoas, e conseqüentemente, de suas capacidades humanas, estaria ofertando, tanto ao seu capital humano atual quanto das gerações vindouras, melhores condições de vida.

Em cenários sociais como esse, é que a apropriação do uso dos artigos da *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* se faz necessário e fundamental, a fim de fortalecer as disposições sociais carentes de justiça social, ofertando cursos de ações para que se fortaleçam condições em que o repertório das escolhas humanas seja ampliado, evitando o círculo Intergeracional de privações e vulnerabilidades.

Dentro de uma perspectiva Bioética, um dos principais pilares necessários para se engrenar no caminho do desenvolvimento humano é promover um alto nível de equidade, onde se possa oferecer igualdade de oportunidades, sendo imperioso investir primariamente no capital humano, ao invés de se pensar em crescimento econômico como alternativa para alavancar o desenvolvimento, pois, mais do que garantir renda, é preciso reduzir as desigualdades em que grande parte da

população está exposta. Somente assim, a população mais vulnerável teria maior acesso ao desenvolvimento, o qual conseqüentemente ecoaria nos demais setores da sociedade.

Com a participação neste programa de mestrado em bioética, como um campo de conhecimento que busca garantir a sobrevivência humana, lutando pela igualdade, justiça e pela dignidade dos seres vivos, passou a exercer eminente influência tanto em minha formação pessoal como profissional, proporcionando-me diversos conhecimentos éticos práticos a serem aplicados em meu cotidiano, auxiliando-me na percepção do ser humano como algo muito maior do que um extrato biológico dotado de razão e emoção, mas como um ser que pode se tornar um agente, se bem conduzido, de transformação social.

Outro ponto bastante relevante que este mestrado contribuiu foi para que eu desenvolvesse, em meu repertório intelectual, a concepção de que os seres humanos não são seres isolados na Terra, assim como nossa espécie não é superior às outras; portanto, não se deve explorá-las em favor de seu próprio bem-estar. Somos apenas diferentes, dotados de habilidades específicas para contribuir na continuidade da vida existe em nosso Universo.

REFERÊNCIAS

BERGEL, Salvador Dario. Diez años de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos. **Revista Bioética**, v. 23, n. 3, p. 446-455, Dezembro. 2015.

BIANCHINI, Valter. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

BRASIL, Atlas (a). **O Atlas: Ranking Paraná - 2010**. PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA. 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL, Atlas (b). **O Atlas**. 2013. PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL, Atlas (c). **O Atlas: Metodologia**. 2013. PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_renda/>. Acesso em: 08 Mar. 2017.

BRASIL, Atlas (d). **O Atlas: Perguntas frequentes**. 2013. PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL, Atlas (e). **O Atlas: Perfil Paraná**. PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/parana>. Acesso em: 15 Mar. 2017

COHN, Amélia. Equidade, saúde e critérios para alocação de recursos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.287-288, abr. 2005.

CRUZ, Márcio Rojas; OLIVEIRA, Solange de Lima Torres; PORTILLO, Jorge Alberto Cordón. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos—contribuições ao Estado brasileiro. **Revista Bioética**, v. 18, n. 1, 2010.

DE ANGELIS, Thiago. **Plano Territorial de Cadeias Produtivas (PTCP) da banana território Vale do Ribeira - PR**. Curitiba: RURECO, 2011. Disponível em: <http://www.rureco.org.br/pdf/PTCP_VALE_BANANA.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FEIO, Ana; OLIVEIRA, Clara Costa. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 703-715, june 2015.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís Silveira. Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. spe, p. 13-20, 2012.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 1, n. 2, p. 122-32, 2005.

GAUDENZI, Paula; SCHRAMM, Fermin Roland. A transição paradigmática da saúde como um dever do cidadão: um olhar da bioética em Saúde Pública. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 243-255, 2010.

GEMPAR. **Gestão Estratégica Do Ministério Público Do Paraná – GEMPAR 2018**: Plano Estratégico 2010-2018. SUBPLAN/MPPR, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p.73-90, Mai 2005.

ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental**. 2. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2008.

MARSIGLIA, Regina M. G.; SILVEIRA, Cássio; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. Políticas sociais: desigualdade, universalidade e focalização na saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 69-76 , Aug. 2005.

MATSUURA, Koichiro. **Declaração Universal De Bioética E Direitos Humanos**. Portugal: Prefácio Comissão Nacional da UNESCO. 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Oficina de Aconselhamento em DST/HIV/Aids para a Atenção Básica**. Denise Serafim (Org.)Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Série A. Normas e manuais técnicos**: Glossário Temático: Promoção da Saúde. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2012.

OLIVEIRA, Juliana Melo; LAGES, André Maia Gomes; DANTAS, Niedja Figueiredo. Indicadores de desenvolvimento: uma resenha em construção. **Revista de Economia Mackenzie**, Alagoas, v. 8, n. 1, p.76-101, jan. 2010.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Rio de Janeiro: IPEA. 2012.

PNUD(a), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDHM**. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PNUD(b), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é desenvolvimento humano**. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PNUD. **Desarrollo humano informe**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990.

PNUD. **O que é o IDH**. 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 02/11/2015.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010**. Valores e Desenvolvimento Humano. Brasília: Ultra Digital Gráfica Editora Ltda., 2010. <Http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh_brasil_2009_2010.pdf>. Acesso em: 02/11/2015.

ROMÃO, Devancyr A. et al. **Vale do Ribeira: Um Ensaio Para O Desenvolvimento Das Comunidades Rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDS, 2006.

SANTOS, Ivone L.; SHIMIZU, Helena E.; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis. **Revista Bioética**. v. 22, n. 2, p. 271-81, 2014.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. Os desafios éticos de um continente paradoxal. In: SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.139-404.

SESA, Secretaria de Estado da Saúde. **Plano estadual de saúde do Paraná – 2012-2015**. Curitiba: IPARDES, 2013.

UNESCO. **Declaração Universal De Bioética e Direitos Humanos**. 2005.